



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

RELATÓRIO DE
ATIVIDADES
2021

Mensagem da Diretoria

Em 2021 a ANA reafirmou a sua missão institucional de garantir segurança hídrica para o desenvolvimento sustentável do Brasil ao revisar o seu planejamento estratégico, acolhendo as novas atribuições relacionadas à implementação do Novo Marco do Saneamento Básico e fazendo aprimoramentos necessários em função da avaliação de sua implementação ao longo de dois anos.

A ANA estabeleceu, para 2021, 88 metas descritas no seu [Plano de Gestão Anual - PGA](#), e ao final do exercício alcançou desempenho de 75%. Na escala plurianual do [Planejamento Estratégico Institucional - PEI 2019-2022](#), o desempenho obtido foi de 85%, restando ainda um ano para implementação do atual ciclo de planejamento.

Destacam-se alguns dados que evidenciam o alcance das metas:

- Emissão de 3.922 outorgas de usos de recursos hídricos e edição de cinco marcos regulatórios em sistemas hídricos locais prioritários: Poço Branco (RN), Poti-Longá (PI, CE), Jaburu/Jenipapo (CE), Estreito e Cova da Mandioca, São Marcos (DF, GO, MG) e Pardo (MG, BA);
- Regularização e monitoramento de 90% da área irrigada, identificada em mapeamento por sensoriamento remoto, nas bacias do Itaguari/Carinhanha (BA/MG) e Pardo (BA/MG);
- Análise da situação das 33 barragens classificadas como alto risco e alto dano potencial associado, cumprindo a legislação de segurança de barragens;
- Atualização das avaliações das capacidades de reservação, por meio de 80 curvas de Cota x Área x Volume, em reservatórios das UHEs;
- Alcance de 80% dos reservatórios do Sistema de Acompanhamento de Reservatórios - SAR com tempo de defasagem das informações inferior a 10 dias;
- Elaboração e publicação do Relatório de Conjuntura de Recursos Hídricos com novas bases hidrográficas do Brasil e com formato digital. Esses dados são o referencial técnico para a elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022/2040;
- Publicação da nova edição do Atlas de Irrigação, ferramenta importante para o planejamento do setor e para garantir a segurança hídrica dos usos múltiplos da água;
- Publicação de 12 boletins da Rede de Monitoramento COVID Esgotos, que

identifica a presença do novo coronavírus no esgoto de grandes cidades, como Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Recife e Rio de Janeiro;

- Implementação de 69% das ações do plano de comunicação integrado e realizadas todas as ações do plano de linguagem simples;
- Monitoramento e acompanhamento de sete bacias hidrográficas prioritárias: Piranhas-Açu; Verde Grande; Paraíba do Sul; Paranapanema; Paraguai; Doce; e Grande;
- Implementados seis projetos indutores em áreas prioritárias (Programa Produtor de Águas): bacia do rio São Francisco; no rio Dois Rios; Bacias Hidrográficas Paranapanema, Grande, Verde Grande, do Descoberto (Paranaíba);
- Alcançados 91,4% de média de cooperação federativa pelos nove estados e 81,9% de média do desempenho dos comitês de bacias em 20 estados e no Distrito Federal;
- Formação de mais de 23 mil pessoas em cursos na modalidade a distância e remota;
- Defesa de 154 mestrados profissionais no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos - ProfÁgua;
- Publicação do Manual de Elaboração dos Atos Regulatórios da ANA;
- Publicação do Relatório ANA/OCDE - *Fostering Water Resilience in Brazil - Turning Strategy into Action*, que trata sobre governança e infraestrutura dos recursos hídricos e a aplicação de instrumentos econômicos na bacia do Piancó-Piranhas-Açu;
- Publicação do Portal de Governança Corporativa - com seis painéis gerenciais para o monitoramento dos instrumentos de planejamento estratégico, plano de gestão anual, agenda regulatória, orçamento, gestão de riscos e projetos de TI; e
- Implementação do Login Único do Governo Federal em mais dois serviços da ANA: Participação Social e Banco de Imagens da ANA.

O exercício de 2021 foi marcado por severa crise hidroenergética na bacia do rio Paraná, para a qual a ANA, pela primeira vez na sua história, emitiu Declaração de Escassez Hídrica. Essa medida permitiu a implementação de ações excepcionais na operação dos reservatórios de geração de energia elétrica e, na sequência, a Agência elaborou um plano de contingência para o reenchimento desses reservatórios, que vêm sendo acompanhados periodicamente até o fim do período chuvoso, em maio de 2022.



Christianne Dias
Diretora-Presidente



Ricardo Andrade
Diretor



Oscar Cordeiro Netto
Diretor



Marcelo Cruz
Diretor



Vitor Saback
Diretor

O monitoramento hidrológico no país e o acompanhamento contínuo da situação de eventos extremos, como secas e inundações, têm permitido à ANA e aos atores construir soluções e adotarem medidas mitigadoras conjuntas a partir de espaços colaborativos como as salas de crise e de acompanhamento das condições dos reservatórios. Essa atuação conjunta alcançou resultados mais expressivos na bacia do rio São Francisco, nos reservatórios de Furnas e Mascarenhas de Moraes (MG) e na bacia do Paranapanema (SP/PR).

Em decorrência das novas atribuições do Marco Legal do Saneamento, a ANA emitiu suas primeiras normas de referência para o setor, tratando de temas que devem contribuir para o **fim dos lixões no Brasil** por meio da sustentabilidade econômico-financeira dos serviços de manejo de resíduos sólidos e da universalização da prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto.

Foi um ano de muito diálogo e articulação com os atores do SINGREH no processo de construção do Plano Nacional de Recursos Hídricos que terá como horizonte 2022-2040. Além disso, na parceria com os estados e os comitês de bacias hidrográficas, 2021 foi um ano de encerramento de ciclos de grandes programas de pagamento por resultados como o PROGESTÃO, o PROCOMITÊS, o QUALIÁGUA. O próximo exercício se apresenta como momento oportuno para sistematização dos aprendizados desses programas e formulação de novas estratégias de articulação e parcerias.

Nesse sentido cabe destacar alguns avanços na gestão compartilhada com os estados, como a delegação das atividades de fiscalização de uso de recursos hídricos em rios de domínio da União para a Agência Reguladora de Águas,

Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal Adasa, colocando em prática um dos dispositivos previstos na Lei Geral das Agências Reguladoras, a Lei nº 13.848/2019.

Outra inovação na gestão compartilhada tem sido a experiência na bacia do rio São Marcos, que abrange áreas do Distrito Federal, de Goiás e Minas Gerais. Além da revisão do marco regulatório para uso de recursos hídricos, que contou com sugestões da sociedade recebidas via consulta pública, foram promovidas inovações, como a integração de banco de dados, a geração de balanço hídrico adequado, o monitoramento integrado de recursos hídricos e a criação de um portal de usuário de recursos hídricos. Esse esforço, que é fruto da articulação e de parcerias envolvendo a ANA, os órgãos gestores e a universidade, beneficia o usuário de recursos hídricos, contribui para a segurança hídrica da região e permite aprendizados de um modelo de gestão compartilhada que pode ser usado em outros territórios.

Em continuidade ao compromisso de comunicar de forma clara e transparente a sua atuação, a ANA implementou diversas ações alinhadas ao movimento emergente de linguagem simples e tem sido referência para muitos órgãos na esfera federal e subnacionais devido ao pioneirismo no tema. Apesar de todas as inovações citadas, a ANA criou, em 2021, o laboratório de inovação, garantindo um espaço institucional dedicado a promover a inovação na gestão, melhorar a qualidade dos serviços prestados e contribuir para o desenvolvimento de soluções para resolver desafios da gestão e regulação.

Na esfera institucional, em 2021 a ANA aperfeiçoou seus instrumentos de monitoramento de estratégia e riscos. Aperfeiçoou o processo regulatório, com

a publicação do Manual de Elaboração dos Atos Regulatórios e ampliou as possibilidades de participação social no processo decisório da ANA realizando 14 processos de escuta da sociedade, número recorde de contribuições na história da Agência.

A ANA também publicou duas versões do seu regimento interno, adequando as novas estruturas decorrentes do saneamento, e extinguiu a supervisão de áreas por Diretor, procedimento que estava vigente há mais de 15 anos na Agência. Essa alteração no modelo decisório traz um conjunto de implicações aos processos de trabalho da ANA e a necessidade de fortalecimento das instâncias de governança, de modo a não comprometer o alcance dos resultados institucionais. Esforço ainda mais relevante no contexto de fortalecimento contínuo da governança institucional da ANA, constatado pelo TCU no iGG (Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas) que saiu de um patamar de 44%, em 2018, e alcançou em 2021 quase 70%, ou seja, um nível de maturidade de governança aprimorado e com nota máxima no critério de gestão orçamentária.

Por fim, 2021 foi o último ano de mandato de quatro dos cinco diretores da ANA. Com o término do mandato do diretor Ricardo Andrade, em 6 de julho, a Diretoria Colegiada (DIREC) passou a contar com Joaquim Gondim como diretor interino.

Governança

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) é responsável, na esfera federal, por implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), regular e fiscalizar situações que envolvam corpos d'água de domínio da União, o uso de recursos hídricos, regular a prestação dos serviços públicos de irrigação e adução de água bruta e fiscalizar as condições de segurança de barragens, com vistas a garantir a segurança hídrica no país e, a partir de 2020, com a promulgação da Lei nº 14.026/2020, passou a ser responsável pela uniformização da regulação do setor de saneamento básico e pela divulgação de melhores práticas dos serviços públicos para o setor. A Agência é uma autarquia sob regime especial com autonomia administrativa e financeira vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

A gestão integrada das águas no Brasil é de responsabilidade compartilhada entre a União e os estados, conforme previsto na Constituição Federal, e estabelecida na Lei das Águas (Lei nº 9.433/1997), que cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e estabelece como fundamento a gestão descentralizada com a participação do poder público, dos usuários e da comunidade.

O SINGREH é formado por um conjunto de instituições formuladoras e executoras das políticas e por instâncias participativas nas esferas federal, estadual e na bacia hidrográfica. As instâncias participativas são compostas por representantes do poder público, de setores usuários e da sociedade civil organizada. Como órgão implementador da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) cabe à ANA atuar em conjunto com os estados para a gestão dos recursos hídricos de interesse comum, no âmbito do SINGREH.

Novas Atribuições da ANA

Nas suas atribuições relativas à uniformização regulatória do setor de saneamento básico, cabe a ANA emitir normas de referência para o setor. Essas normas são de adesão voluntária pelas agências reguladoras infranacionais (municipais, intermunicipais, distrital e estaduais), têm caráter não impositivas, mas condicionam o acesso a recursos públicos federais. A ANA ainda, no âmbito do novo marco do saneamento, deve contribuir para a articulação entre a Política Nacional de Saneamento Básico, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos e o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

A seguir, alguns exemplos de temas sobre os quais a ANA deverá emitir normas de referência:

- Padrões de qualidade e eficiência na prestação, manutenção e operação dos sistemas de saneamento básico.
- Regulação tarifária dos serviços públicos de saneamento básico.
- Padronização dos instrumentos negociais de prestação de serviços públicos de saneamento básico firmados entre o titular do serviço público e os delegatários.
- Metas de universalização dos serviços públicos de saneamento básico.
- Critérios para a contabilidade regulatória.

- Redução progressiva e controle da perda de água.
- Metodologia de cálculo de indenizações devidas em razão dos investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados.
- Governança das entidades reguladoras.
- Sistema de avaliação do cumprimento de metas de ampliação e universalização da cobertura dos serviços públicos de saneamento básico.

Em 2021, a ANA emitiu as primeiras normas de referência para o setor de saneamento envolvendo resíduos sólidos e serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto.

A primeira norma trata do regime, da estrutura e de parâmetros da cobrança pela prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos (SMRSU), que deve contribuir para o fim dos lixões no Brasil por meio da sustentabilidade econômico-financeira dos serviços de manejo de resíduos sólidos, assegurada por instrumentos de cobrança para garantirem sua prestação.

A segunda norma de referência estabelece critérios para aditivos contratuais e indicadores que permitirão o monitoramento da universalização da prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto. A medida busca contribuir para a harmonização e o fortalecimento da governança regulatória do setor, permitindo um ambiente de negócios mais transparente e atrativo para novos investimentos e o alcance da universalização dos serviços.

Assim como já faz no setor de recursos hídricos, a ANA também é responsável por promover cursos e seminários destinados à capacitação dos atores envolvidos na regulação do saneamento. Além disso, quando solicitada, terá a atribuição de realizar a medição ou arbitragem de conflitos entre o poder concedente, o prestador de serviços de saneamento ou a agência que regula tais serviços prestados.

- **NORMAS DE REFERÊNCIA**
- **ESTUDOS**
- **CAPACITAÇÃO SOBRE AS NORMAS**
- **MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DE CONFLITOS**

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

TRATAMENTO DE ESGOTO

RESÍDUOS SÓLIDOS

DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS

86 AGÊNCIAS
REGULADORAS
DE SERVIÇOS DE
SANEAMENTO

[Acesse](#)



Somos

A agência federal que cuida das águas do Brasil.

Atuamos

Regulando e fiscalizando o uso de recursos hídricos, a segurança de barragens, a adução de água bruta em corpos d'água de domínio da União e uniformizando a regulação do setor de saneamento básico.



Entregamos

Valor a diferentes políticas públicas:



Missão

Garantir a segurança hídrica para o desenvolvimento sustentável do Brasil.



Visão

Ser referência na gestão e na regulação do acesso à água.



Valores

- Integridade
- Compromisso
- Transparência
- Excelência técnica
- Cooperação

Governança

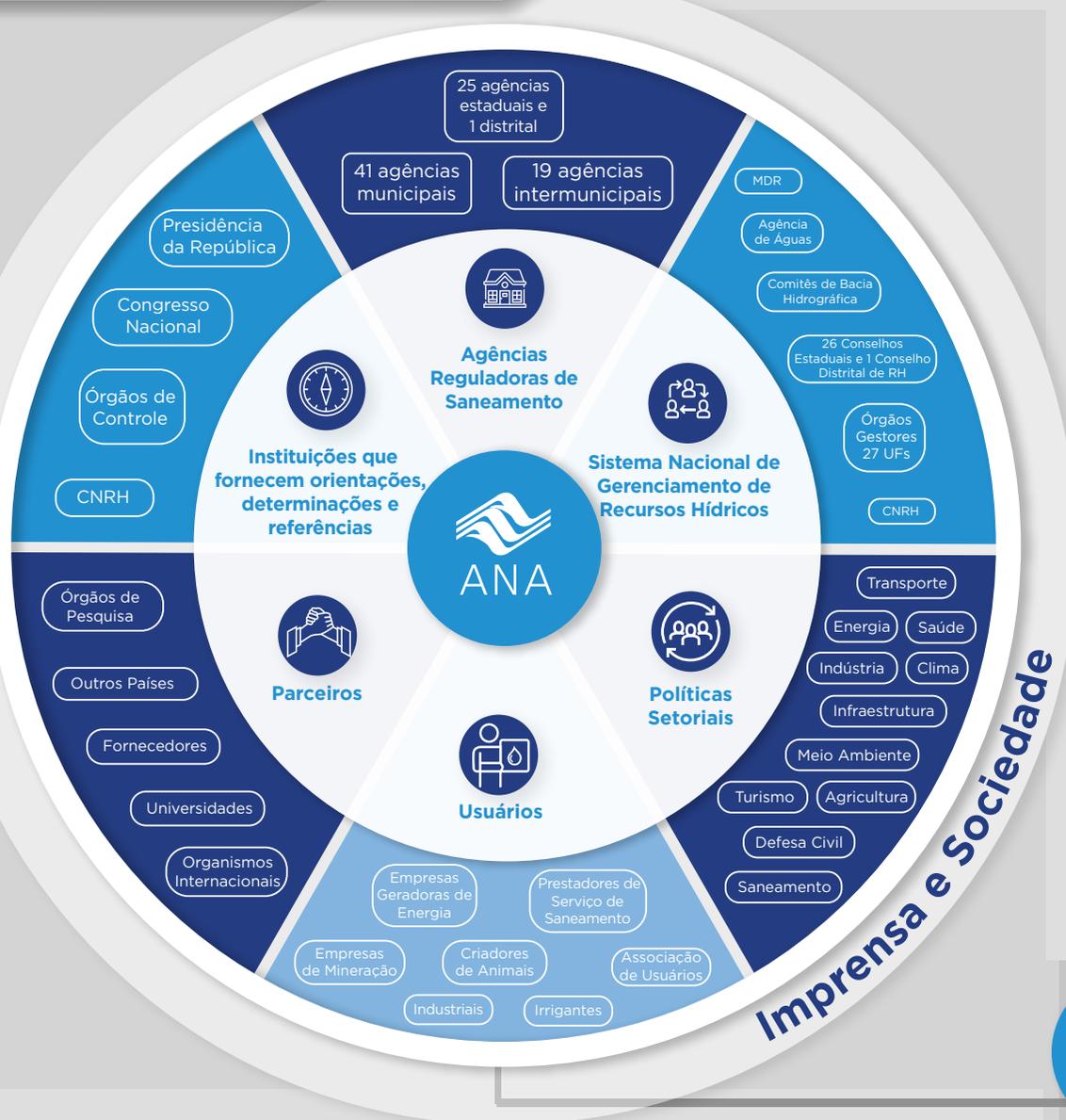
A **GOVERNANÇA EXTERNA** da ANA também abrange outras instituições responsáveis por políticas públicas relacionadas à gestão das águas, como o Ministério do Desenvolvimento Regional, o Ministério do Meio Ambiente, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Ministério de Minas e Energia, o Ministério da Saúde, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, entre outros, além dos órgãos de coordenação do governo e os órgãos de controle.

A ANA dialoga e presta serviços aos usuários e às suas representações, além de manter um conjunto amplo de parcerias com instituições de ensino e pesquisa, nacionais e internacionais, governos estrangeiros e agências de cooperação que contribuem para o aperfeiçoamento da sua atuação, bem como para o fortalecimento de instituições congêneres de outros países, notadamente nos países fronteiriços ou que compartilham águas com o Brasil.

A ANA recebe orientações, determinações e referências que pautam a sua atuação, visando assegurar a segurança hídrica à sociedade brasileira, com base na transparência e no diálogo com a imprensa.

Com as novas atribuições relacionadas ao saneamento, um novo conjunto de atores passa a fazer parte dessa governança externa, sendo, ao menos, 86 agências reguladoras de serviço de saneamento atuando no âmbito municipal, intermunicipal, distrital e estadual.

Governança Externa com quem a ANA dialoga



Governança Interna como a ANA constrói a decisão



Governança Interna

O modelo de **GOVERNANÇA INTERNA** vem sendo aperfeiçoado seguindo as diretrizes da Política de Governança da Administração Pública Federal. É possível organizar o modelo de governança em: **ESTRUTURA, INSTÂNCIAS E INSTRUMENTOS E MECANISMOS**.

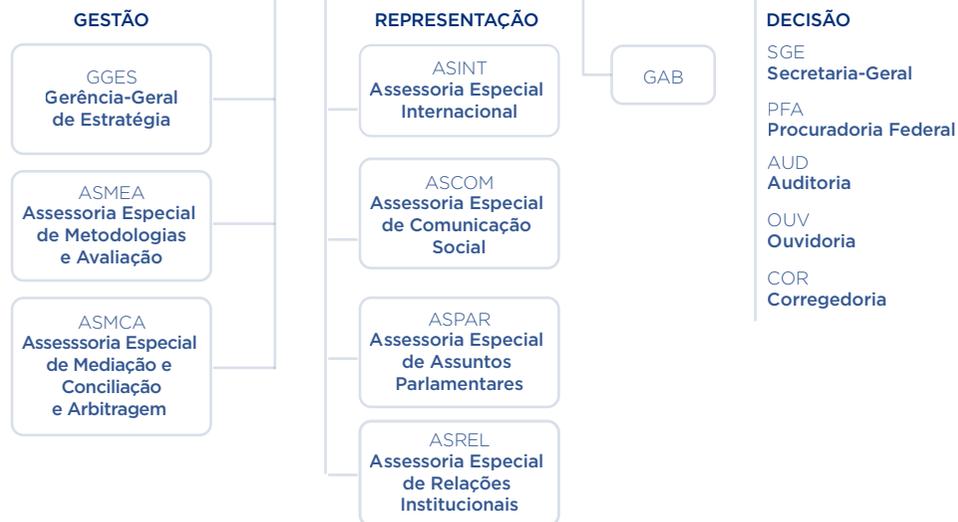


A **ESTRUTURA** de governança é constituída por uma Diretoria Colegiada composta por cinco diretores, os quais dispõem de assessorias de suporte à decisão, à representação e à gestão, além das superintendências. Em 2021, a ANA publicou duas versões do seu regimento interno, adequando as novas estruturas decorrentes do saneamento, e extinguiu a supervisão de áreas por diretor, procedimento que estava vigente há mais de 15 anos na Agência. Essa alteração no modelo decisório trouxe um conjunto de implicações aos processos de trabalho da ANA e a necessidade de fortalecimento das instâncias de governança, de modo a não comprometer o alcance dos resultados institucionais. A estrutura organizacional interna da ANA é desenhada a partir dos processos de trabalho.

Além disso, a Diretoria da ANA conta com o apoio de **INSTÂNCIAS** de governança constituídas por comitês ou grupos que dão suporte técnico à elaboração de políticas ou programas internos ou externos.

Por fim, a ANA conta com os **INSTRUMENTOS** de Planejamento, Monitoramento e Prestação de Contas e **MECANISMOS** de Participação Social e Transparência.

Todas essas informações podem ser acessadas no Portal de Governança da ANA [Acesse](#)



SUPERINTENDÊNCIAS





Cadeia de Valor

Por meio dos processos de trabalho, a ANA gera um conjunto de entregas que criam valor para diversas políticas públicas. Essas entregas podem ser categorizadas em três tipos:



REGULAÇÃO



INFORMAÇÕES E CONHECIMENTOS



ARTICULAÇÃO



A ANA atua na **REGULAÇÃO** dos usos dos recursos hídricos de modo a garantir o direito ao uso da água e a proteger ou minimizar os efeitos de eventos críticos. Também regula e fiscaliza as condições de segurança de barragens de recursos hídricos e os serviços de adução de água bruta, quando envolvem corpos d'água de domínio da União, a exemplo do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF). A partir de 2020, passou a ser responsável pela uniformização da regulação do setor de saneamento básico e pela divulgação de melhores práticas dos serviços públicos para o setor, envolvendo o abastecimento de água, o tratamento de esgoto, os resíduos sólidos e a drenagem de águas pluviais.



A ANA tem sido reconhecida pela sua capacidade de produzir **INFORMAÇÕES E CONHECIMENTOS** úteis à sociedade que dão subsídios não apenas à formulação e implementação das Políticas Nacionais de Recursos Hídricos e de Segurança de Barragens, mas também à **REGULAÇÃO** promovida pela Agência. As informações e os conhecimentos gerados pela ANA contribuem como insumo aos processos decisórios relativos a outras políticas públicas e orientam investimentos em áreas como produção de alimentos, saneamento, infraestrutura e energia elétrica.



Por fim, **ARTICULA** junto aos entes do SINGREH, de diversos órgãos federais e setores usuários (navegação, agricultura, indústria, turismo, saneamento e geração de energia), a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) com o objetivo de garantir os usos múltiplos da água. É também por meio da **ARTICULAÇÃO** que a ANA constrói normas em diálogo com as partes interessadas **e reúne dados e informações de diversas instituições.**

Ressalta-se que essas três categorias de entregas são complementares, e, por meio delas, a ANA gera valor público à sociedade.

Cadeia de Valor

Nossos Processos



Nossas Entregas



Nossos Insumos



381
Servidores



R\$ 447
milhões em orçamento

Geram Valores para outras políticas públicas



Materialidade: Relação entre Processos, Resultados Esperados e Entregas

ESTRATÉGICO

Nossos Objetivos Estratégicos

- 🔹 Eventos Críticos
- 🔹 Regulação de Recursos Hídricos
- 🔹 Regulação de Serviços de Saneamento Básico
- 🔹 Dados e Informações Hidrológicas
- 🔹 Comunicação
- 🔹 Gestão Planejada e Integrada
- 🔹 Fortalecimento do SINGREH
- 🔹 Governança Institucional
- 🔹 Alocação de Recursos
- 🔹 Gestão de Pessoas
- 🔹 Inovação

TÁTICO-OPERACIONAL

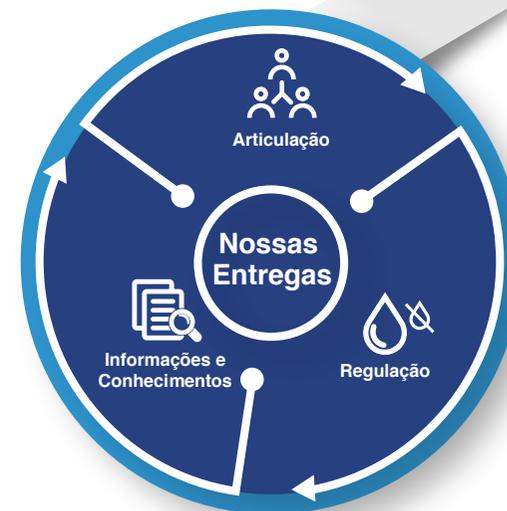
Nossas Metas

- 🔍 Indicadores
- 👉 Iniciativas Estratégicas

Nossos Processos



Nossas Entregas



BENEFÍCIOS GERADOS À SOCIEDADE

Objetivo Estratégico 1: Prevenir e minimizar os impactos de eventos críticos.

Nossos Processos



Prevenção de Eventos Críticos

- Salas de Situação na ANA
- Salas de Situação Estaduais
- Monitor de Secas

Consolidação de Informações

- Publicações, Aplicativos ou Painéis Interativos
- Boletins de Acompanhamento de Sistemas Hídricos

Regulação de Usos e Operação de Reservatórios

- Condições de Operação de Reservatórios

Destaques

Enfrentamento da crise hidroenergética, com implementação de medidas excepcionais para a operação de reservatórios e articulação dos atores envolvidos na minimização de impactos.

Implementação do **Plano de Contingência** para a **Recuperação de Reservatórios** do Sistema Interligado Nacional.

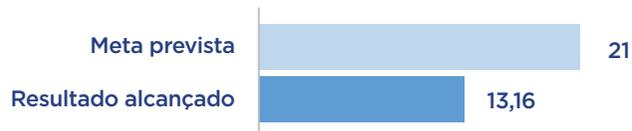
Melhora de armazenamento dos reservatórios do rio São Francisco.

Mitigação dos impactos da cheia do rio Madeira, evitando alagamento da BR-364.

Presença do Monitor de Secas em 20 estados e no DF.

Protocolo de Compromisso entre a ANA e a Rio Paraná Energia S.A, com o objetivo da **retomada do transporte aquaviário** na Hidrovia Tietê-Paraná.

Iniciativas estratégicas



Objetivo Estratégico 2A: Garantir a efetividade e eficiência regulatória dos usos de recursos hídricos.

Nossos Processos



Sistemas de Informação

- ☐ Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH)
 - Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNAUH)
 - Sistema Federal de Regulação de Uso (Regla)
- ☐ Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB)

Consolidação de Informações

- ☐ Publicação, Aplicativos ou Painéis Interativos



Regulação de Usos e Operação de Reservatórios

- 💧 Outorga de Uso dos Recursos Hídricos
- 💧 Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH)
- 💧 Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica (Cetoh)
- 💧 Marcos Regulatórios
- 💧 Termos de Alocação de Água

Regulação de Segurança de Barragens*

- 💧 Classificação de Barragens Quanto ao Risco e Dano Potencial
- #### Fiscalização
- 💧 Dos Usos de Recursos Hídricos em Rios de Domínio da União
 - 💧 Das Barragens

* A ANA edita normas e fiscaliza apenas as barragens por ela outorgadas, exceto as de geração hidrelétrica.

Destaques

Regularização de usos de 3.922 interferências em corpos de domínio da União.

Cinco **marcos regulatórios** em sistemas hídricos locais prioritários emitidos.

Regularização e monitoramento de 90% da área irrigada, identificada em mapeamento por **sensoriamento remoto**, nas bacias do Itaguari/Carinhanha (BA/MG) e Pardo (BA/MG).

Ampliação das atividades de campo no semiárido e bacia do Verde Grande.

Delegação das atividades de fiscalização de uso de recursos hídricos em rios de domínio da União para a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA).

Monitoramento via Aplicativo DeclaraÁgua implantado na bacia do Verde Grande e em implantação no Pardo e São Marcos.

Análise de DAURH de **585 usuários** em bacias e sistemas hídricos prioritários.

Análise da situação das **33 barragens** classificadas como alto risco e alto dano potencial associado analisadas.

Definidas as condições de operação de reservatórios para o **Sistema Hídrico do rio Tocantins** (TO/GO/MA/PA).

Integração de serviços em portal único de usuários de recursos hídricos.

Iniciativas estratégicas



Objetivo Estratégico 2B: Regulação de serviços de saneamento básico.

Nossos Processos



Sistemas de Informação

- ☐ Sistema de Acompanhamento de Regulação do Saneamento Básico (SASB)

Capacitação do Setor

- ☐ Publicação, Aplicativos ou Painéis Interativos
- ☐ Estudos Técnicos
- ☐ Manuais



Uniformização Regulatória

- 🔹 Agenda Regulatória
- 🔹 AIR, ARR
- 🔹 Normas de referência
- 🔹 Monitoramento da Adoção das Normas
- 🔹 Mediação e Arbitragem (voluntária)

Regulação de Serviços de Adução de Água Bruta

- 🔹 Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF)

Fiscalização

- 🔹 De Serviços de Adução de Água Bruta

Destaques

Norma de referência sobre serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos.

Norma de referência sobre prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto.

Revisão da Agenda Regulatória.

Aprovação e avaliação do cumprimento do Plano de Gestão Anual para o PISF.

Manuais orientativos para implementação das normas.



Iniciativas estratégicas

Objetivo Estratégico 3: Assegurar coleta e difusão contínua de dados qualiquantitativos confiáveis e informações úteis à sociedade.

Nossos Processos



Fortalecimento da Gestão de Recursos

Programa Qualiágua



Destaques

90% das estações do Setor Elétrico transmitiram dados em tempo real regularmente.

80 curvas de Cota x Área x Volume, em reservatórios das UHEs atualizadas.

80% dos reservatórios do SAR com tempo de defasagem das informações inferior a 10 dias.

Relatório sobre a Conjuntura de Recursos Hídricos com novas bases hidrográficas do Brasil e com formato digital.

Expansão do conteúdo da Conjuntura de Recursos Hídricos 2021 disponibilizado por meio de web serviços com atualização contínua, no SNIRH.

14 piezômetros instalados (Dez na Bacia do Rio Verde Grande e quatro na Bacia do Rio Carinhonha), para monitoramento de águas subterrâneas.

Monitoramento Hidrológico

- Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN)
- Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência (RHNR)
- Rede Hidrológica do Setor Elétrico
- Rede Nacional de Monitoramento de Qualidade de Água (RNQA)
- Monitoramento de Águas Subterrâneas

Sistema de Informação

- Sistema de Acompanhamento de Reservatórios (SAR)
- Sistema de Acompanhamento do Setor Elétrico (SAMSE)

Consolidação de informações

- Publicações, Aplicativos ou Painéis Interativos
- Relatório Conjuntura de Recursos Hídricos
- Base de Disponibilidade Hídrica Superficial
- Base Hidrográfica Ottocodificada



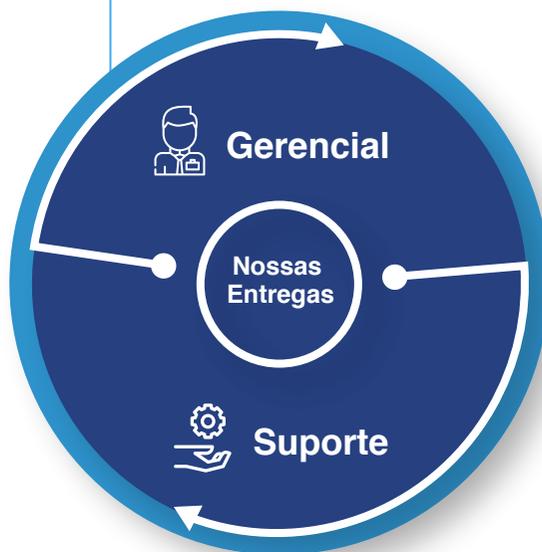
Iniciativas estratégicas

Objetivo Estratégico 5: Comunicar de forma efetiva e transparente a atuação da ANA.

Nossos Processos



- Organização de Eventos
- Patrocínios
- Comunicação Social
- Relacionamento com a Sociedade
- Site



Destaques

Cerimônia de entrega do **Prêmio ANA 20 anos.**

Monitor de Secas na programação rotineira dos maiores telejornais do país.

Seminários online com mais de 28 mil visualizações.

Referência em Linguagem Simples para outros órgãos na esfera federal e subnacionais devido ao pioneirismo no tema.

Recorde de contribuições da sociedade em 14 processos de **participação social** no processo decisório.



Objetivo Estratégico 6: Alcançar a gestão integrada de recursos hídricos em áreas prioritárias.

Nossos Processos



Cooperação Internacional

- Cooperação Internacional
- Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços na Bacia Amazônica
- ODS 6 no Brasil

Implementação dos Instrumentos de Gestão

- Planos de Recursos Hídricos
- Cobrança pelo Uso da Água
- Monitoramento, Avaliação e Execução de Ações para Implementação de Planos de Recursos Hídricos

Conservação e Revitalização de Bacias

- Uso Racional e Reúso
- Programa Produtor de Água
- Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes)



Consolidação de Informações

- Relatório de Conjuntura de Recursos Hídricos no Brasil
- Publicações, Aplicativos ou Painéis Interativos

Sistemas de Informação

- Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH)
- Sistema Federal de Regulação de Uso (REGLA)
- Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH)

Regulação de Usos e Operação de Reservatórios

- Outorga de Uso dos Recursos Hídricos

Fiscalização

- Dos Usos de Recursos Hídricos em Rios de Domínio da União

Destaques

Inovação na **gestão compartilhada** na bacia do São Marcos.

Monitoramento e acompanhamento em **sete bacias hidrográficas prioritárias**: Piranhas-Açu; Verde Grande; Paraíba do Sul; Paranapanema; Paraguai; Doce; e Grande.

Relatório de **Conjuntura de Recursos Hídricos** com novas bases hidrográficas do Brasil e em formato digital.

Nova edição do **Atlas de Irrigação**.

Programa Produtos de Águas em áreas prioritárias.

Lançamento da **Base de Bacias Hidrográficas do Brasil** e atualização e detalhamento da Divisão Hidrográfica Nacional, em parceria com o IBGE.

Projeto Monitoramento **COVID Esgotos**.

Ações de captação de recursos internacionais para **implementação dos Planos de Recursos Hídricos**.

Ações com países de bacias transfronteiriças.

Gestão de acordos multilaterais que contribuem na implementação de planos de recursos hídricos no Brasil em países transfronteiriços.

Meta prevista

39

Resultado alcançado

22,88

Iniciativas estratégicas

Objetivo Estratégico 7: Fortalecer a sustentabilidade institucional dos entes do SINGREH considerando as diversidades regionais.

Nossos Processos



MISSÃO, VISÃO, VALORES



Iniciativas estratégicas

Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos

- Programa Progestão
- Programa Procomitês
- Contratos de Gestão com Entidades Delegatárias
- Projeto Ferramentas de Gestão de Recursos Hídricos

Articulação

- Atuação Junto às Instâncias Colegiadas



Implementação da PNRH

- Valores Arrecadados pela Cobrança
- Modelo de Governança

Consolidação de Informações

- Relatório de Segurança de Barragens (RSB)
- Relatório Conjuntura de Recursos Hídricos no Brasil
- Boletins de Acompanhamento de Sistemas Hídricos
- Publicações, Aplicativos ou Painéis Interativos

Pesquisa, Formação, Disseminação

- Capacitação de Recursos Humanos
- Plataforma ConheceRH - Acervo sobre a Água

Sistemas de Informação

- Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH)

Prevenção de Eventos Críticos

- Salas de Situação na ANA

Destaques

Aperfeiçoamento de normas sobre valor e arrecadação da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União.

Mais de R\$ 100 milhões arrecadados nas bacias interestaduais para o financiamento dos planos de bacia.

Plano de capacitação em regulação do saneamento.

Fortalecimento dos órgãos gestores de recursos hídricos e dos **comitês de bacias** estaduais.

23 mil pessoas em cursos a distância.

154 mestres formados em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos - ProfÁgua.

Especialização em Segurança de Barragens para Usos Múltiplos.

Meta prevista 27,3

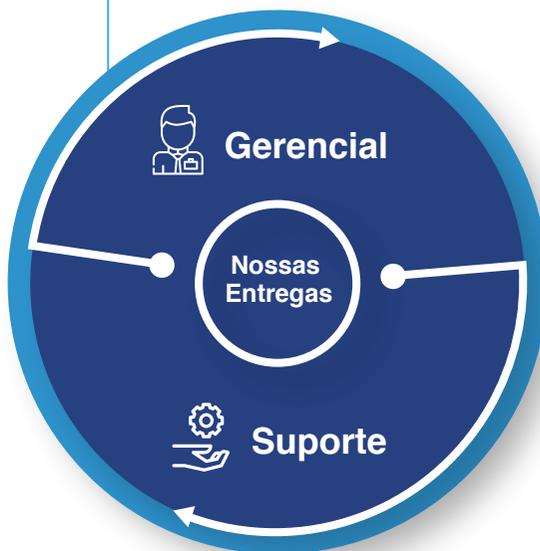
Resultado alcançado 17,3

Objetivo estratégico 8: Garantir processos integrados de apoio à decisão e gestão de temas transversais.

Nossos Processos



- Apoio à Governança
- Planejamento Estratégico
- Plano de Gestão Anual
- Relatório de Avaliação da Estratégia
- Relatório de Gestão, Atividades e Prestação de Contas
- Agenda Regulatória e Informes
- Estoque Regulatório
- Diálogo Político com a OCDE
- Articulação com Agências Reguladoras
- Apoio ao Processo Decisório



Destaques

Melhoria da **qualidade regulatória**.

53% da Agenda Regulatória concluída.

Publicação do **Manual de Elaboração dos Atos Regulatórios**.

Regimento interno adequado às novas competências do saneamento básico.

Nível de maturidade de **governança** institucional **aprimorado**.

Aperfeiçoamento do **monitoramento da estratégia e de riscos**.

Criação de **painéis gerenciais** de monitoramento da estratégia, metas anuais, riscos, agenda regulatória e orçamento.

Criação de **centro de memória da ANA**.

Implementação da LGPD na ANA.

Transparência Ativa da ANA alcançou 80% dos itens previstos.

Fortalecimento das ações de **integridade**.

Iniciativas estratégicas



Objetivo Estratégico 10: Alocar eficientemente os recursos e esforços institucionais voltados às ações prioritárias.

Nossos Processos



- Recursos Tecnológicos, Financeiros e Logísticos Alocados
- Contratos, Convênios e Parcerias Firmadas

Destaques

Nota máxima na avaliação do TCU, no critério de Gestão Orçamentária, no Índice Integrado de Governança e Gestão Pública.

Infraestrutura tecnológica mantida e atualizada.

87% dos recursos da **Fonte 183** foram alocados em Iniciativas estratégicas.

Implementados 83% do Plano de Ação Anual do PDTI.

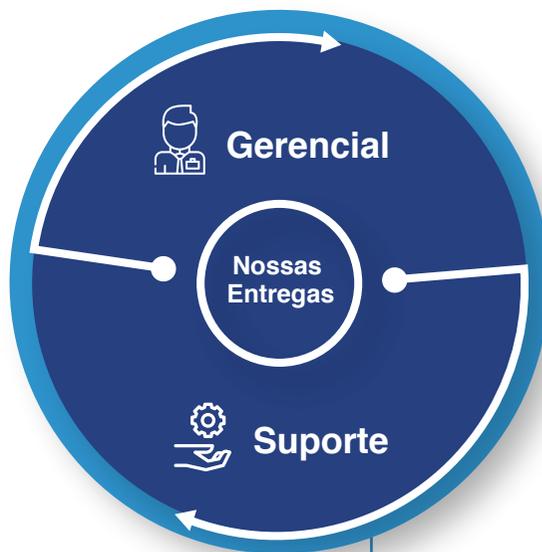


Iniciativas estratégicas



Objetivo Estratégico 11: Aprimorar os mecanismos de gestão de pessoas e o engajamento da força de trabalho.

Nossos Processos



- Servidores Capacitados
- Qualidade de Vida no Trabalho

Destaques

Projeto de dimensionamento da força de trabalho.

Vacinação contra H1N1 (gripe) para os servidores e colaboradores da ANA.

Estudos sobre a regulamentação do Programa de Gestão.



Iniciativas estratégicas

Objetivo Estratégico 13: Incorporar inovações tecnológicas e gerenciais em processos e projetos da ANA.

Nossos Processos

Finalísticos

Fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Planejamento e informações de recursos hídricos

Processo decisório

Regulação de recursos hídricos

Gestão estratégica

Relações institucionais

Regulação de saneamento básico

Conformidade legal e operacional

Eventos críticos
Monitoramento hidrológico

Integração da Gestão de Recursos Hídricos

Gestão de documentos e publicações

Administração e finanças

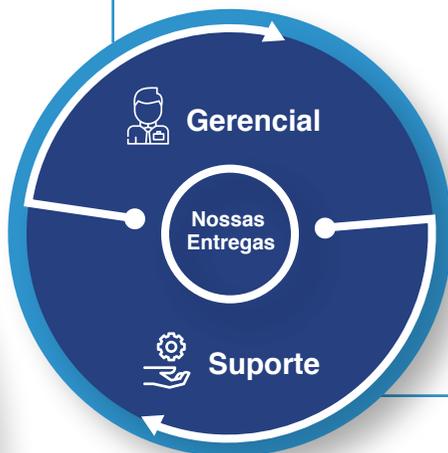
Gestão de pessoas

Gestão de tecnologia da informação



Iniciativas estratégicas

- Inovação em Produtos, Processos e Serviços
- Governança de TI



- Sistemas e Aplicativos de Suporte
- Infraestrutura de TICs
- Inovação Tecnológica
- Segurança da Informação
- Service Desk
- Automação de Processos
- Plano de Transformação Digital
- Proteção de Dados

- Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH)
- Sistema de Acompanhamento de Reservatório (SAR)
- Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB)
- Sistema de Acompanhamento do Setor Elétrico (SAMSE)
- Sistema de Atos Normativos
- Aplicativos



Destaques

Inovação em sistemas de recursos hídricos.

Inovações no **processo de fiscalização** com implantação do monitoramento remoto ao longo do rio Verde Grande (BA/MG) e Javaés (TO).

Automonitoramento do uso de recursos hídricos via **aplicativo** DeclaraÁgua.

Login Único do Governo Federal no Sistema de Participação Social e no Sistema de Banco de Imagens da ANA.

Ferramenta para **integração** entre estados e a união dos dados de usuários de recursos (webservices).

Integração de serviços no Portal do Usuário de Recursos Hídricos.

Ajustes REGLA para o Marco Regulatório da bacia do rio São Marcos.

Sistema para receber dados dos novos normativos ligados ao **saneamento**.

Mapeamento de dados e **prototipação** do módulo cidadão do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens - SNISB.

Nova versão do Portal de Metadados Geoespaciais da ANA.

Criação do **Laboratório de Inovação** da ANA.

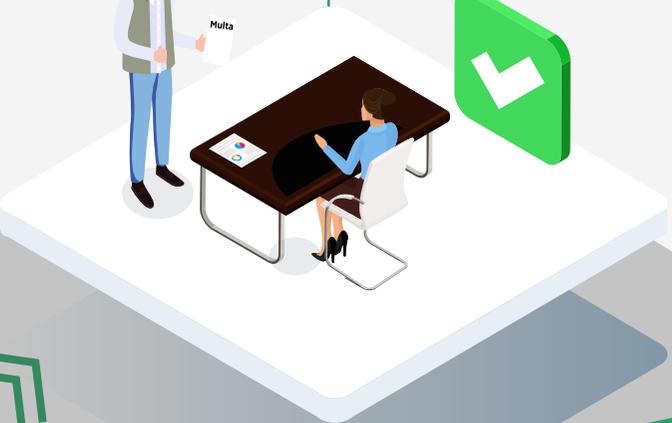
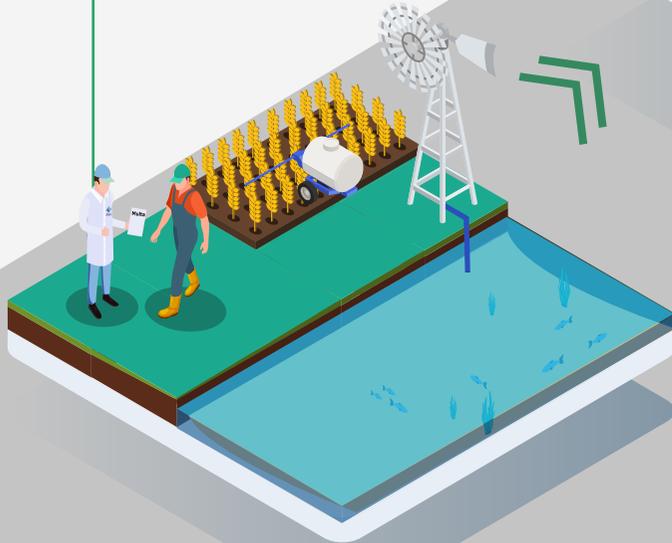


Gestão das Multas Aplicadas em Decorrência da Atividade de Fiscalização

Fiscalização

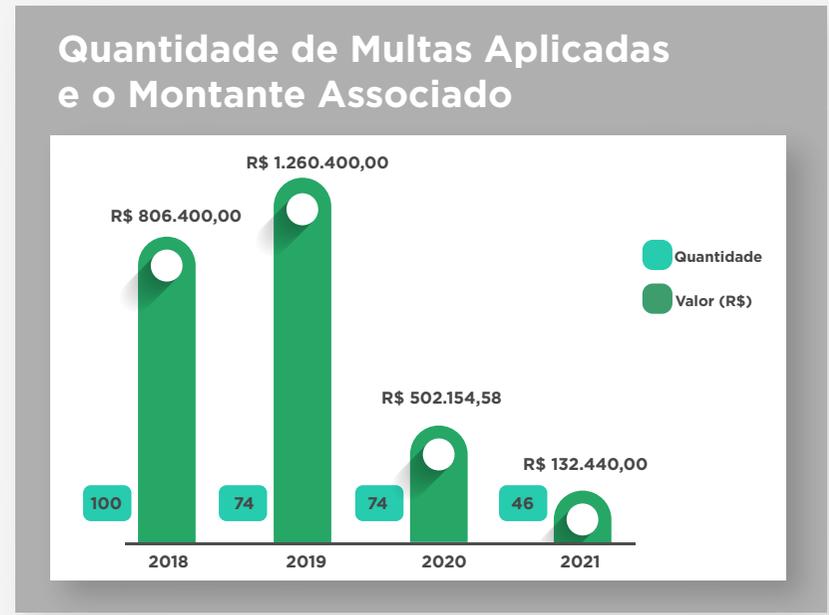
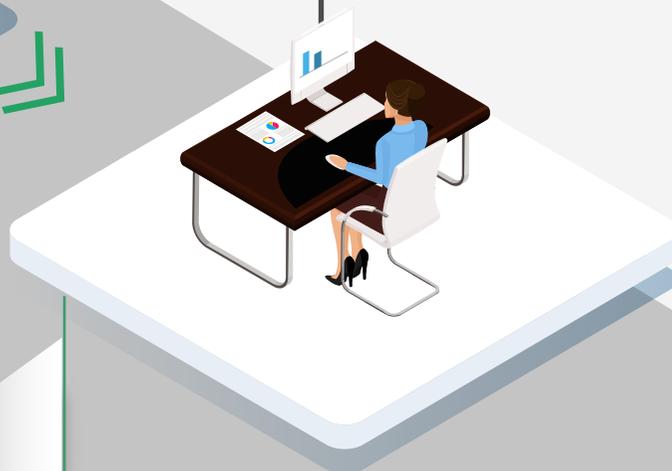
O servidor envia a multa para APROVAÇÃO do superintendente.

O servidor da ANA aplica uma multa por uso irregular de recursos hídricos.



Cobrança

O servidor emite o boleto e acompanha o pagamento.



Entregas da ANA 2021

Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos

-  Programa Progestão
-  Programa Procomitês
-  Programa Qualiágua
-  Contratos de Gestão com Entidades Delegatárias

Implementação dos Instrumentos de Gestão

-  Planos de Recursos Hídricos
-  Monitoramento, Avaliação e Execução de Ações para Implementação de Planos de Recursos Hídricos
-  Cobrança pelo Uso da Água

Articulação

-  Salas de Crise
-  Salas de Acompanhamento
-  Atuação junto às Instâncias Colegiadas
-  Sistema de Participação Social da ANA
-  Governança Regulatória

Conservação e Revitalização de Bacias

-  Programa Produtor de Água
-  Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes)
-  Uso Racional e Reúso

Cooperação Internacional

-  ODS 6 no Brasil
-  Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços na Bacia Amazônica

Regulação de Usos e Operação de Reservatórios

-  Outorga de Uso dos Recursos Hídricos
-  Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH)
-  Marcos Regulatórios
-  Termo de Alocação de Água
-  Condições de Operação de Reservatórios

Regulação de Segurança de Barragens*

-  Classificação de Barragens quanto ao Risco e Dano Potencial

Regulação de Serviços de Adução de Água Bruta

-  Projeto de Integração do Rio São Francisco

Fiscalização

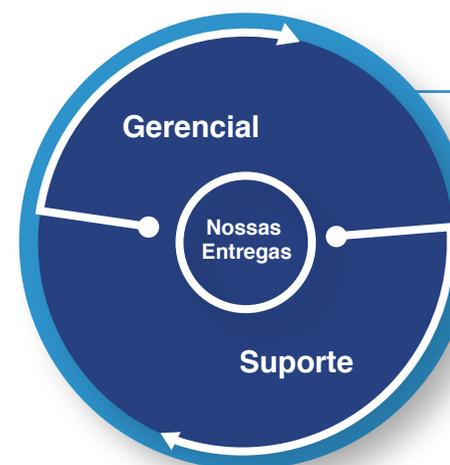
-  Dos Usos de Recursos Hídricos em Rios de Domínio da União
-  Das Barragens
-  De Serviços de Adução de Água Bruta

*A ANA edita normas e fiscaliza apenas as barragens por ela outorgadas, exceto as de geração hidrelétrica.

Regulação das Normas de Referência do Serviço de Saneamento Básico

Implementação da PNRH

-  Valores Arrecadados pela Cobrança



- Apoio à Governança Corporativa
- Apoio à Governança Regulatória
- Apoio ao Processo Decisório
- Ações Promotoras de Integridade
- Agenda Regulatória e Informes
- Articulações com Agências Reguladoras

- Assessoramento Parlamentar
- Comunicação Social
- Diálogo Político com a OCDE
- Estoque Regulatório
- Governança de TI

- Inovação em Produtos, Processos e Serviços

- Investigação Preliminar
- Orçamento

- Organização de Eventos
- Patrocínios

- Planejamento Estratégico Institucional (PEI)
- Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT)

- Plano de Gestão de Riscos (PGR)
- Processos Administrativos Disciplinares (PAD)

- Relacionamento com a Sociedade
- Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT)

- Relatório de Avaliação da Estratégia
- Relatório de Gestão, Atividades e Prestação de Contas

- Site e Redes Sociais

Monitoramento Hidrológico

- Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN)
- Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência (RHNR)
- Rede Hidrológica do Setor Elétrico
- Rede Nacional de Monitoramento de Qualidade de Água (RNQA)
- Monitoramento de Águas Subterrâneas

Sistema de Informação

- Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH)
 - Sistema Federal de Regulação de Uso (REGLA)
 - Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH)

- Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB)
- Sistema de Acompanhamento de Reservatórios (SAR)
- Sistema de Acompanhamento do Setor Elétrico (SAMSE)
- Sistema de Acompanhamento de Regulação do Saneamento Básico (SASB)

Planejamento

- Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH)

Prevenção de Eventos Críticos

- Salas de Situação na ANA
- Salas de Situação Estaduais
- Monitor de Secas



Consolidação de Informações

- Relatório Conjuntura de Recursos Hídricos no Brasil
- Relatório de Segurança de Barragens (RSB)
- Boletins de Acompanhamento de Sistemas Hídricos
- Avaliação Integrada Rio/Aquífero
- Base de Disponibilidade Hídrica Superficial
- Estudos de Recursos Hídricos

Pesquisa, Formação e Disseminação

- Capacitação de Recursos Humanos
- Pesquisas em Rede e Fomento à Pós-Graduação
- Plataforma ConheceRH – Acervo sobre a Água



MINISTÉRIO DO
**DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

